



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**RESPOSTA ao RECURSO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO: 09879/2024**

**EMPRESA RECORRENTE:** MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA  
**EMPRESA RECORRIDA:** RAM MARQUES COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA

**Processo Licitatório:** 0743/2024

Referente ao:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024**

**DATA DA ABERTURA:** 10 de junho de 2024

**HORÁRIO:** 10:00

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS COM PEÇAS INCLUSAS.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor valor global para pronta contratação, com observância da lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, com observância ao Decreto Municipal nº 3.584, de 01 de dezembro de 2022 e as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 17/05/2024, no jornal de grande circulação (O Dia) em 18/05/2024, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

**DA MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**

De acordo com o item 11.1 do edital, conforme abaixo, a manifestação de recurso deverá ser forma motivada e RESUMIDA, prazo máximo de 15 (quinze) minutos.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo máximo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada e RESUMIDA, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

A empresa **MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, denominada **RECORRENTE**, manifestou interesse de recurso de forma e prazo correto, em 28/06/2024, na Plataforma BLL Compras, conforme a seguir: "NÃO ATENDEU REQUISITO TECNICO ESPECIFICO DE ACORDO COM O OBJETO DA LICITAÇÃO."

**A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO e DO CONTRARRECURSO:**

O presente recurso foi interposto pela empresa **MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA** em 03 de julho de 2024, através da Plataforma BLL Compras dentro do prazo legal, portanto tempestivo.

O Contrarrecurso foi apresentado pela empresa **RAM MARQUES COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA**, em 05 de julho de 2024, através da Plataforma BLL Compras dentro do prazo legal, portanto tempestivo.

## **DOS FATOS**

Na realização do Pregão, as empresas classificadas no item seguem informadas abaixo, conforme print de tela feito da Plataforma BLL Compras.

Razão Social	Participante	Melhor Lance	ME
RAM MARQUES LTDA/EPP	PARTICIPANTE 055	8.850,00	
MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	PARTICIPANTE 054	8.890,00	

## **DO RECURSO APRESENTADO NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:**

A *RECORRENTE*, interpõe recurso administrativo “contra a decisão de habilitação de R.A.M. Marques Comercio de Produtos Médicos Ltda, nos termos dos fatos e direto a seguir aduzidos”.

A empresa Medker Equipamentos Hospitalares Ltda-ME participou do processo licitatório no qual a R.A.M. Marques Comércio de Produtos Médicos Ltda apresentou o menor lance e foi habilitada. No entanto, a *RECORRENTE* questiona essa habilitação, alegando que a R.A.M. Marques não possui o Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) correspondente ao objeto da licitação. Além disso, o contrato social da R.A.M. Marques não especifica o objeto do certame e a empresa não tem autorização da Vigilância Sanitária para manutenção de equipamentos médicos odontológicos. Dessa forma, a *RECORRENTE* argumenta que a R.A.M. Marques não tem a habilitação jurídica e a qualificação técnica necessárias, e deveria ter sido desclassificada.

A *RECORRENTE* informa que Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Lucas Rocha Furtado, destaca que o instrumento convocatório é considerado a lei do caso, regulando tanto a atuação da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio está previsto no art. 3º da Lei de Licitações e é reforçado pelo art. 41 da mesma lei, que estabelece que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416).

A *RECORRENTE* em seu item 2.1 de recurso, informa quanto a AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, além de informar que a empresa não detém o Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) referente ao objeto ora licitado, não consta em seu contrato social a especificação relativa ao objeto do certame, destacando que a empresa não detém em seu registro objeto compatível com o de Manutenção de Equipamentos Odontológico, fazendo constar imagens do cartão de CNPJ e da segunda folha do contrato social da empresa RAM MARQUES COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA.

A *RECORRENTE* em seu item 2.2 de recurso, informa quanto AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, POR NÃO TER AUTORIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, reclamando que a empresa habilitada não detém qualificação técnica, já que “não tem autorização da vigilância sanitária para prestar serviços de manutenção”, anexando a imagem da licença sanitária com o CNAE 46.45-1-01. Informando, também, que “que a documentação apresentada em um certame deve seguir

estritamente o objeto especificado no edital”, e que o alvará sanitário não foge à regra, que a licença sanitária apresentada é exclusivamente para comércio atacadista, não suprimindo o funcionamento da empresa para manutenção de equipamento. Faz constar imagem do alvará da *RECORRENTE* com o CNAE 3319-8/00 e 46.45-1-01, onde consta na parte observação “...prestação de serviços de assistência técnica em equipamentos médicos, odontológicos, hospitalares e laboratoriais”, anexando jurisprudência.

Finalizando, solicita que “deve ser revista decisão de habilitação da empresa, uma vez que esta não apresentou as documentações devias e queridas no edital em comento”.

Dos pedidos da *RECORRENTE*:

Em que preze o zelo e o empenho deste digníssimo Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio, em guardar o caráter isonômico do procedimento, respeitando os Princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade Administrativa, e da Supremacia do Poder Público, entendemos, com toda vênua, que o julgamento do Pregão em referência **PRECISA SER REFORMADO**, com a devida INABILITAÇÃO da empresa R.A.M. Marques Comercio de Produtos Médicos Ltda, haja vista que esta não apresentou os documentos comprobatórios de sua qualificação técnica.

E, diante de todo o exposto requer a V. Sas. o conhecimento da presente peça recursal, para julgá-la totalmente procedente, desclassificando a empresa Marcos de Paula Pereira, passando então para o segundo colocado.

#### **DA CONTRARRAZÃO APRESENTADA NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:**

A *RECORRIDA*, **RAM MARQUES COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA**, interpõe contrarrecurso administrativo informando que sagrou-se vencedora e que a *RECORRENTE*, indignada com sua inabilitação apresentou recurso “que a empresa RAM não comprovou sua habilitação jurídica e não possui qualificação técnica”.

A *RECORRIDA* informa que os fatos impugnados pela *RECORRENTE* “não merecem prosperar”, informando que possui qualificação jurídica e técnica para prestação de serviços odontológicos, tanto que sagrou-se vencedora. Informando que pela documentação apresentada, restou demonstrado que o CNAES abrangem toda a prestação de serviço descrita no edital.

A *RECORRIDA* informa que “o processo licitatório que é regido por padrões de extrema lisura, observando não só o melhor preço, como também a qualidade do prestador dos serviços, equipamentos de alta qualidade, e, principalmente os documentos apresentados no certame”. Continua informando que a *RECORRENTE* a todo custo busca desqualificar a referida empresa, sendo totalmente descabida a alegação da *RECORRIDA*, visto que “mais uma vez as razões da Apelante beiram ao mero inconformismo sem respaldo jurídico ou probatório”.

A *RECORRIDA* destaca “que a empresa **RAM MARQUES** apresentou vasta documentação que comprova sua qualificação jurídica e técnica, observando para tanto os atestados averbados pelo CREA/RJ, órgão competente para aprovação da qualificação técnica das empresas”, informando o item 9.15.2 do edital, destacando que “o CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) só emite Certidões de Acervo Técnico para empresas que comprovam documentalmente estar em plena conformidade com todas as leis e regulamentações vigentes. Isso inclui, mas não se limita a, comprovação de capacidade técnica, regularidade fiscal, e conformidade com normas de segurança e qualidade”.

No item II do contrarrecurso, a *RECORRIDA* informa sobre a comprovação de Profissionais de Nível Superior, item 9.15.3 do edital, informando que comprovou a existência em seu quadro de

funcionários de profissionais de nível superior, incluindo engenheiros clínicos, biomédicos e elétricos, que são qualificados para a execução dos serviços”.

No item III do contrarrecurso, a *RECORRIDA* informa quanto a Certidão de Registro no CREA, item 9.15.4 do edital, que as da empresa estão de acordo com o Art. 8º da Resolução ANVS nº 2, de 25 de janeiro de 2010, e “comprovam que tanto a empresa quanto os profissionais possuem as qualificações necessárias para a realização dos serviços”.

No item IV do contrarrecurso, a *RECORRIDA* fala sobre a AFE/ANVISA, item 9.15.5 do edital, informando que a autorização é válida e específica para distribuição de peças e equipamentos odontológicos e periféricos.

No item V do contrarrecurso, a *RECORRIDA* informa sobre a Licença Sanitária, item 9.15.6 do edital, informando que a licença é válida e foi emitida pela Agência Municipal de Vigilância Sanitária (AMVS), conforme exigido pelo edital, inclusive, destacando que a referida licença sanitária cobre as atividades da empresa, estando em plena conformidade com as normas sanitárias vigentes, complementando com a informação de que não é papel da Vigilância Sanitária decidir se a empresa está apta a realizar esse serviço, como está claro em nosso documento: "observadas as disposições regulamentares dos outros órgãos competentes". Não existindo, de acordo com a *RECORRIDA* um único documento capaz de desqualificar a empresa RAM MARQUES.

Finalizando, solicita que “o recurso deve ser rejeitado e julgado improcedente, mantendo-se o resultando do certamente com a habilitação da empresa **RAM MARQUES**, para o fim de firmar contrato de prestação de serviços com este Município.”.

Dos pedidos da *RECORRIDA*:

Ante o exposto, requer seja recebida e acolhida as **CONTRARRAZÕES**, com os documentos em anexo, ao apelo, para manter a decisão que determinou a habilitação da empresa **RAM MARQUES LTDA**, sendo considerada vencedora, para o fim de firmar contrato de prestação de serviços com este Município, julgando-se improcedentes as razões recursais.

### **DO MÉRITO:**

Sempre é bom lembrar do Art. 5º da lei n.º 14.133/2021 que diz: A licitação destina-se a garantir a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Observados os ritos legais, o recurso e contrarrazão ficam disponibilizados na **PLATAFORMA BLL COMPRAS** para que os licitantes tenham acesso e na plataforma respondam seus pedidos e tenham acesso aos demais documentos/informações necessárias.

Inicialmente, após todo o exposto na interposição deste recurso e do contrarrecurso, diante dos itens reclamados pela **RECORRENTE**, e para melhor decisão do recurso apresentado, antes da manifestação desta Pregoeira, necessário se fez enviá-lo, primeiramente, ao setor requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Saúde, com vistas a Coordenação de Odontologia para análise e pronunciamento do recurso e contrarrecurso apresentado, tendo em vista que os quesitos apresentados serem exclusivamente da parte técnica, conforme item 7.1.1 do edital. Após enviado a Assessoria Jurídica da Saúde para análise e parecer. As manifestações e argumentações apresentadas serão de suma importância para decisão desta Pregoeira.

Com intuito de agilizar a análise por parte da Coordenação de Odontologia, informo o item 9.15 do edital, que diz:

#### 9.15 OUTROS DOCUMENTOS

9.15.1 Conforme item 7.1.1 do termo de referência, apresentar Declaração de Vistoria Técnica emitido pela Secretaria de Saúde (Setor demandante) ou declarar (item M da Declaração Unificada (item 9.10.1, Anexo IV do edital).

9.15.2 Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência na prestação dos serviços, objeto desta licitação, bem como, boa e regular execução dos mesmos. Esse(s) documento(s) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado, pelo órgão público ou empresa privada que foi atendida, devidamente acompanhado da respectiva certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido por qualquer uma das Regiões do CREA e ou do CRT, comprovando a execução pelo responsável técnico, sendo que este é o responsável que consta no registro ou inscrição da empresa no Conselho;

9.15.3 Comprovação da existência em seu quadro de funcionários de profissional(is) de nível superior, para execução dos serviços.

9.15.4 Certidão de Registro ou inscrição no competente Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA em plena vigência, da empresa e do profissional indicado a realização dos serviços e da empresa licitante, conforme instruído pelo Art. 8º da Resolução ANVS nº 2, de 25 de janeiro de 2010. Serão aceitos diplomação de graduação em engenharia clínica; engenharia biomédica ou engenharia elétrica.

9.15.5 AFE/ANVISA para distribuição de peças e equipamentos odontológicos e periféricos

9.15.6 Licença sanitária válida para funcionamento da localização do CNPJ, fornecida pela Agência Municipal de Vigilância Sanitária – AMVS.

#### • DA RESPOSTA DO SETOR SOLICITANTE:

A Secretaria Municipal de Saúde, com vistas a Coordenação de Odontologia, no processo 09879/2024, apresenta suas argumentações com a seguinte informação:

“Quanto ao recurso e contrarrecurso apresentados no processo 9879/2024, passamos para análise:

Quanto a indagação de que a empresa R.A.M. MARQUES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA não possui CNAE para execução do item licitado, é importante salientar que o objeto da presente licitação se tratar de Execução de Serviços de Manutenção em equipamentos odontológicos com fornecimento de peças. Desta forma, há a necessidade de dois CNAE's específicos, um para comercialização de instrumentos e materiais para uso médico e outro para manutenção e reparação de aparelhos. Consultando o referido CNPJ é constatado que a empresa R.A.M. MARQUES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA possui como atividade principal o Comércio atacadista de instrumentos médicos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e laboratórios e como atividades secundárias CNAE's compatíveis com a execução de serviços de manutenção e reparação de equipamentos e aparelhos.

Quanto a indagação da ausência de comprovação técnica, consta inverídica a solicitação, haja vista que a referida empresa apresentou o atestado de capacidade técnica e demais documentos pertinentes a responsabilidade técnica, como a AFE e o registro no respectivo conselho.

Trazemos a luz a Resolução nº 1.121 de 13/12/2019 que dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia e dá outras providências e a Lei nº 5.194/1966 que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo e dá outras providências. A referida lei, no Artigo 24º “Estabelece que o CREAs tem a competência de fiscalizar o

exercício profissional e as empresas registradas, garantindo que os serviços prestados estejam em conformidade com as normas técnicas e de segurança”.

Referente a necessidade do alvará sanitário para execução de serviços de manutenções preventivas e corretivas de equipamentos hospitalares, o assunto em tela já foi alvo de decisão pacificada no Tribunal de Justiça do Paraná no sentido de

“(TJ-PR - AI: XXXXX20228160000 Maringá XXXXX-17.2022.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Carlos Mansur Arida, Data de Julgamento: 28/11/2022, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 02/12/2022): (i) tem como objeto em seu contrato social a manutenção e reparação de equipamentos e, por incluir aparelhos médicos e hospitalares, acaba por fazer parte do inciso XXX do art. 586 do Código de Saúde Municipal; (ii) por não ser distribuidora e fabricante de equipamentos e produtos médico-hospitalares, não é necessária a prévia autorização de funcionamento junto à Anvisa;”

Neste sentido, em consonância com o parecer encaminhado por e-mail da Vigilância Sanitária do Município de Barra do Piraí, fica explícito que a atividade em questão é dispensada de licenciamento sanitário, pautando-se pelas resoluções SES/RJ 2191/2020 e SES/RJ 3191/2023, sendo o alvará sanitário exigido apenas para a atividade de comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios.

Neste sentido, opino pelo indeferimento do recurso provido pela empresa MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, entendendo que a empresa R.A.M. MARQUES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA encontra-se apta para a prestação do referido serviço”.

- **DA RESPOSTA DA ASSESSORIA JURIDICA DA SAÚDE:**

Abaixo resposta da Assessoria Jurídica da Saúde

(...)

“Opino pelo não acolhimento do Recurso nos moldes do parecer técnico da Coordenação Odontológica.

Ao Pregoeiro para deliberação”.


Diante do recurso e contrarrecurso interposto, bem como, das informações por parte do Setor solicitante e parecer da Assessoria Jurídica da Saúde, informo que:

- Quanto ao Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE), apresentado pelas empresas participantes da licitação, referente ao objeto licitado:

Contrato Social da empresa **MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA** (parte da folha 4) e parte do cartão do CNPJ, denominada **RECORRENTE**.

## 1ª CLAUSULA - OBJETO SOCIAL

Comércio atacadista de instrumentos e materiais hospitalares para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, comércio atacadista de moveis hospitalares e de escritório, comércio de equipamentos médicos, odontológicos e eletrônicos novos e usados, manutenção e reparação em móveis e equipamentos hospitalares, odontológicos, laboratoriais, de aparelhos eletromédicos e eletro terapêuticos e equipamentos de irradiação e locação de equipamentos científicos, médicos, hospitalares e odontológicos.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>		
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>06.246.208/0001-71</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>19/04/2004</b>
NOME EMPRESARIAL <b>MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>33.12-1-03 - Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>33.12-1-02 - Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle</b> <b>33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente</b> <b>33.14-7-10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente</b> <b>46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios</b> <b>46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças</b> <b>77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador</b>		

Contrato Social da empresa **RAM MARQUES COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA** (parte da folha 2) e parte do cartão do CNPJ, denominada **RECORRIDA**.

- COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS;
- COMERCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS;
- ALUGUEL DE MATERIAL MEDICO;
- MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO EXECUTADA POR EMPRESA ESPECIALIZADA EM APARELHOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E DE LABORATÓRIOS.

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.749.855/0001-08</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>28/03/2000</b>
NOME EMPRESARIAL <b>R.A.M MARQUES COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>MEDICAL SUL</b>		PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>33.12-1-02 - Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle</b> <b>33.12-1-03 - Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação</b> <b>33.14-7-10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente</b> <b>43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás</b> <b>46.18-4-02 - Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares</b> <b>46.19-2-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado</b> <b>46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia</b> <b>46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos</b> <b>46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças</b> <b>71.12-0-00 - Serviços de engenharia</b> <b>73.19-0-02 - Promoção de vendas</b> <b>77.29-2-03 - Aluguel de material médico</b> <b>77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador</b>		

Os documentos apresentados e informados acima demonstram que as duas empresas em questão atendem aos “dois CNAE’s específicos, um para comercialização de instrumentos e materiais para uso médico e outro para manutenção e reparação de aparelhos”, referente ao objeto da licitação que é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS COM PEÇAS INCLUSAS.

- Quanto a Licença Sanitária, item 7.3.9 do Termo de Referência, a Coordenação de Odontologia afirma que o assunto em tela já foi alvo de decisão pacificada no Tribunal de Justiça do Paraná, no sentido de:

“(TJ-PR - AI: XXXXX20228160000 Maringá XXXXX-17.2022.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Carlos Mansur Arida, Data de Julgamento: 28/11/2022, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 02/12/2022): (i) tem como objeto em seu contrato social a manutenção e reparação de equipamentos e, por incluir aparelhos médicos e hospitalares, acaba por fazer parte do inciso XXX do art. 586 do Código de Saúde Municipal; (ii) por não ser distribuidora e fabricante de equipamentos e produtos médico-hospitalares, não é necessária a prévia autorização de funcionamento junto à Anvisa;”

A Coordenação de Odontologia afirma, ainda, que “em consonância com o parecer encaminhado por e-mail da Vigilância Sanitária do Município de Barra do Piraí, fica explícito que a atividade em questão **é dispensada de licenciamento sanitário**, pautando-se pelas resoluções SES/RJ 2191/2020 e SES/RJ 3191/2023, sendo o alvará sanitário exigido apenas para a atividade de comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios”.

Diante das informações da Coordenação de Odontologia é demonstrado claramente que foi solicitado documentação, neste caso, **LICENÇA SANITÁRIA**, item 7.3.9 do Termo de Referência, desnecessário, alegando, neste momento, após a licitação ser inicializada, que há entendimento do Tribunal de Justiça e resoluções pertinentes ao assunto, de que a LICENÇA SANITÁRIA não seria documento necessário para habilitação, bem como, que o “Objeto em questão” é dispensado de licenciamento sanitário, pautando-se pelas resoluções SES/RJ 2191/2020 e SES/RJ 3191/2023.

### **DO JULGAMENTO:**



Considerando que essa Pregoeira entende que o procedimento licitatório foi conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao edital.

Considerando os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, às licitações, nomeados no artigo 5º da Lei nº 14.133/21, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e do julgamento objetivo.

Considerando que se tratando de procedimento licitatório, não se pode esquecer que tanto a Administração Pública quanto os licitantes se vinculam às cláusulas do edital, cláusulas essas que são a lei interna que rege o certame, havendo, portanto, a necessidade de se cumprir estritamente o que nele se prevê, sem que o processo licitatório seja interpretado de forma qualquer.

Considerando que esta Administração Pública se baseia no princípio da vinculação ao edital, e deve respeitar as regras previamente estabelecidas no instrumento que convoca e rege a licitação, como medida de garantia e de segurança jurídica a ela e aos licitantes.

Considerando o item 9.15 do edital, pertinente ao item 7.3 do Termo de Referência, especialmente 7.3.9 que solicita “Licença Sanitária” como documentação a ser apresentada no processo em questão.

Considerando que o edital é a lei entre as partes, e que, neste momento, APÓS A REALIZAÇÃO DA SESSÃO e RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS, essa Pregoeira não pode informar que a LICENÇA SANITARIA é isenta para apresentação, uma vez que o edital foi publicado com solicitação de tal documento, haja vista que representa descumprimento das normas e condições do edital.

Considerando que, embora a não apresentação de impugnações e esclarecimentos em tempo tempestivo, questionando a solicitação documental que, agora, segundo setor solicitante, não se torna necessário, não desobriga a administração rever seus atos frente à exigência equivocada de documento.

Considerando que o documento solicitado no item 7.3.9 do Termo de Referência, LICENÇA SANITARIA, pode ter sido cláusula restritiva a algum participante com interesse no procedimento licitatório e não o fez por NÃO possuir tal documento.

Opino pela **anulação da licitação**, haja visto conter no processo licitatório ilegalidade insanável, de acordo com o Artigo 71, III, da Lei nº 14.133/2021.

#### **DA DECISÃO:**

Esta Pregoeira, acolhe o recurso administrativo interposto pela empresa **MEDKER EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, denominada **RECORRENTE**, para opinar pela **anulação da licitação por ilegalidade insanável**. O processo será enviado para deliberação do Exmo. Senhor Prefeito e após a decisão será publicado nos meios de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 17 de julho de 2024

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**  
Agente de Contratação/Pregoeira